

Partage Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

<

continuação ➡

Informações das controladas com participação indireta sem controle - Consolidado:

		Resultado de equivalência patrimonial		Valor do investimento	
	2023	2022	2023	2022	
Alegranza Administração e Participações Ltda.	(487)	151	7	493	
FLPP Faria Lima Prime Properties S.A.	12.579	6.905	373.801	511.938	
IGW Trust S.A.	14	14	1.129	1.129	
Ventur Empreendimentos Ltda.		1		92	
Subtotal	12.106	7.071	374.937	513.652	
Adiantamento para futuro aumento de capital			140	28.938	
Total investimentos – ativo	12.106	(7.071)	375.077	542.590	

A movimentação dos investimentos líquidos está assim representada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	2.954.685	563.271
Resultado de equivalência patrimonial DRE	214.822	(6.920)
Adiantamento para futuro aumento de capital	117.684	3.988
Outros	14.469	(955)
Perdas com investimentos	(7)	
Redução de capital	(35.000)	
Dividendos recebidos	(94.084)	(16.665)
Saldo em 31/12/2022	3.172.569	542.719
Resultado de equivalência patrimonial	120.134	12.578
Aumento de capital	965	-
Aquisição de investimentos (a)	32.734	198.407
Outros	(426)	
Redução de capital de empresas investidas (b)	(15.000)	
Baixa de investimentos	(210)	
Dividendos recebidos	(9.835)	(12.120)
Saldo em 31/12/2023	3.300.931	741.584

(a) Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Controladora adquiriu participação de 61,8% do capital da controlada Triage Aviation Ltda. Ainda no exercício, a controlada KPAR Empreendimentos Participações Ltda. adquiriu 100% da CDG Centro Comercial Ltda. (b) A controlada Metropolitan Garden Empreendimentos Participações S.A. promoveu, no exercício findo em 31/12/2023, uma redução em seu capital social no montante de R\$ 15.000.

8. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR: Representado pelos custos incorridos de empreendimentos em operação e disponíveis para venda, conforme demonstramos a seguir:

	Controladora	Consolidado
Terenos e galpões	2.448	2.448
Estoque em trânsito	17	-
Total imóveis a comercializar	2.465	2.448

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO:

	Controladora	Consolidado
Terenos e empreendimentos em construção	323.068	413.771
Empreendimentos em operação	1.062.205	897.029
Saldo em 31/12/2021	897.029	5.509.066

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

	Controladora	Consolidado		
Crédito imobiliário:				
Kinea - 157	IPCA + 5,41% a.a.	25/07/34	87.955	86.405
Kinea - 156	CDI + 1,80% a.a.	25/01/24	333	3.801
Kinea - 217	IPCA + 5,128% a.a.	25/12/34	43.290	44.063
Kinea - 218	IPCA + 5,128% a.a.	25/12/34	135.804	137.892
Banco Itaú	CDI + 2,00% a.a.	10/12/29	82.113	90.442
Banco Itaú	CDI + 2,58% a.a.	18/03/24	5.580	27.927
Banco Itaú	TR + 9,20% a.a.	30/03/42	38.498	39.910
Banco Bradesco	TR + 9,00% a.a.	28/09/30	67.197	72.932
Capital de giro:				
Banco Bradesco	CDI + 2,5505% a.a.	02/10/23	-	21.102
Total			460.770	524.477
Circulante			43.407	76.661
Não circulante			417.362	447.813
Consolidado	Indexador	Vcto. final	2023	2022
Crédito imobiliário:				
Banco Itaú - PSP				
Empreendimentos e Participações S.A.	TR + 9% a.a.	15/12/33	54.542	55.581
Kinea - 217 - Shopping Metropolitan Garden	IPCA + 5,128% a.a.	25/12/34	142.402	144.943
Banco Bradesco - PSRG Participações S.A.	TR + 9,00% a.a.	25/12/33	106.936	111.422
Banco Bradesco - BCGPAR Empreendimentos e Participações Ltda.	TR + 9,00% a.a.	25/12/32	219.100	228.323
Banco do Nordeste S.A. - EAB Incorporações S.A.	IPCA + 3,35% a.a.	15/11/33	82.604	90.855
Kinea - EAB Incorporações S.A.	IPCA + 5,128% a.a.	25/12/34	51.229	52.143
Banco Itaú - XPAR Empreendimentos e Participações Ltda.	TR + 9,30 a.a.	25/11/32	90.543	94.952
Kinea - 218 - Dorris SP Participações S.A.	IPCA + 5,128% a.a.	25/12/34	19.353	19.698
Kinea - 217 - Sagon	IPCA + 5,128% a.a.	25/12/34	37.594	38.265
Kinea - 218 - Arapará	IPCA + 5,128% a.a.	25/12/34	59.198	60.254
Kinea - PSRG	IPCA + 5,200% a.a.	10/12/36	207.026	197.646
Kinea - Jaraguá do Sul	IPCA + 6,00% a.a.	05/12/35	103.520	100.596
Banco do Nordeste S.A. - Arapiraca	Taxa Fixa de 2,94% a.a.	27/10/31	31.288	35.287
Banco Bradesco - PSRG Participações S.A.	POUPANÇA + 3,80% a.a.	21/09/43	62.494	
Banco Bradesco - PSRG Participações S.A.	TR + 9,97% a.a.	29/09/43	1.800	
Banco Bradesco - PSRG Participações S.A.	TR + 9,90% a.a.	29/09/43	1.637	
Banco Bradesco - PSRG Participações S.A.	TR + 9,60% a.a.	03/07/43	22.344	
Banco Bradesco - Kpar	CDI + 1,45% a.a.	24/01/24	200.991	
Banco Bradesco - PSP	CDI + 99% a.a.	03/01/24	183.047	
Capital de giro:				
Banco BMG - Shopping Parauapebas SPE S.A.	100% CDI	24/04/23	-	333
Banco BMG - FSC Par Empreendimentos e Participações S.A.	100% CDI	24/04/23	-	566
Circulante - consolidado			1.677.648	1.230.864
Não circulante - consolidado			519.001	162.184
			1.619.416	1.593.154

Partage Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

Em 31/12/2023 e de 2022, a movimentação de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	540.938	1.634.991
Captações	39.500	39.500
Assunção de dívida	-	141.225
Encargos provisionados	66.366	186.242
Amortização capitação	541	-
Amortização de juros, custo de captação e principal	(122.871)	(246.620)
Saldo em 31/12/2022	524.474	1.755.338
Captações	-	472.923
Encargos provisionados	53.208	175.679
Amortização de juros, custo de captação e principal	(116.913)	(265.587)
Saldo em 31/12/2023	460.770	2.138.417

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora	Consolidado
2024 a 2027	222.951	830.771
2029 a 2033	154.657	841.797
2034 a 2038	71.194	428.868
2039 a 2043	11.968	36.981
Total	460.670	2.138.417

A Sociedade e suas controladas possuem bens imóveis dados em garantia para seus empréstimos e financiamentos, assim como contas a receber, conforme nota explicativa nº 4. Na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos estão classificados como atividade de financiamento, juntamente com o pagamento do principal, por serem considerados pela Sociedade como custos para obtenção de recursos financeiros. Nos contratos de destes empréstimos e financiamentos estão previstas cláusulas de vencimento antecipado ("covenants"), porém, nenhuma das cláusulas estão atreladas com índices financeiros da Sociedade. As principais cláusulas restritivas que devem ser cumpridas durante o período da dívida são: • Inadimplimento, protesto de título, falência ou processo de recuperação judicial; • Medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que possam afetar as garantias ou direitos creditórios do credor; • A emitente deixar de substituir qualquer um dos avalistas que vierem a encontrar-se em qualquer das situações acima; • Mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da emitente, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária; • Vender ou prometer vender o imóvel dado em garantia ao financiamento sem aviso prévio; • Declarações falsas feitas pela Partage constante no contrato; • Estar em desacordo com a Legislação Socioambiental, ou incentivar, de qualquer forma, a prostituição, mão-de-obra infantil ou condições análogas à escravidão. A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado dos contratos. Em 31/12/2023, a Sociedade está adimplente com todas as cláusulas restritivas.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora	Consolidado
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	241.867	235.720
Alíquota	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(82.235)	(80.145)
Equivalência patrimonial	41.010	73.039
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	(48.197)
Outras adições (exclusões), líquidas (a)	(12.544)	(7.329)
Efeito da depreciação acumulada das propriedades para investimento	(30.582)	(146.179)
Despesa de IRPJ e CSLL	(84.351)	(14.434)
Correntes	-	(21.590)
Diferidos	(84.351)	(14.434)
IRPJ e CSLL diferidos - controladora e consolidado:	O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil existente nas datas dos balanços. Os saldos classificados em 31/12/2023 e de 2022 no ativo e no passivo não circulantes têm a seguinte constituição:	
Valor justo (a)	913.051	752.333
Outras deduções (b)	83.761	(3.612)
	996.812	748.721
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL diferido, líquido	338.916	254.565
(a) Refere-se ao valor justo das propriedades para investimento. (b) Refere-se substancialmente às provisões para crédito de liquidação duvidosa, depreciação e provisões de risco bem como os efeitos da linearização que foram registrados em 2023.	1.271.667	1.007.827

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

	Controladora	Consolidado	
2023	2022	2023	2022
Adiantamentos de clientes	-	33	2.711
Aquisição de participação societária (a)	39.471	40.000	73.433
Aquisição de terreno	-	-	2.385
Caução de locatários	2.975	2.975	9.656
Empréstimo com terceiros	-	-	614
Outras contas a pagar	-	462	3.339
Total	42.446	43.437	89.428
Circulante	42.446	43.437	87.419
Não circulante	-	-	2.009
(a) Em abril de 2022, a controladora fez aquisição de parte dos Shopping Patio Arapiraca e Jaraguá do Sul. Até o encerramento do exercício findo em 31/12/2023, esses valores não haviam sido liquidados (vide nota 23 – eventos subsequentes).			

13. PARTES RELACIONADAS:

	Controladora	Consolidado	
2023	2022	2023	2022
Ativos não circulantes:			
Afac	-	2.671	36
Mútuo com partes relacionadas	5.238	1.170	27.811
Conta corrente entre empresas (cash pooling) (a)	56.280	17.931	48.215
Total	61.518	21.772	48.251
Passivos circulantes:			
Conta corrente entre empresas (cash pooling) (a)	273.632	84.237	24.093
Mútuo com sócios	-	-	1.115
Mútuo com Riccol Participações	-	-	155.566
Outras partes relacionadas	2.448	2.651	33.426
Total	276.080	86.889	214.199
Passivo não circulante:			
Mútuo com empresas	-	-	7.103
Mútuo com sócios	-	1	2.601
Total	-	1	7.103
(a) Para o ano de 2022 e 2023 a companhia adotou o método de Cash Pooling para as operações entre a controladora e as controladas. Remuneração da Administração: Nos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, não houve remuneração paga aos administradores Sociedade.			

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS:
Segundo a avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas são rês em ações cíveis e trabalhistas envolvendo perdas prováveis estimadas, na Controladora, de R\$ 32 e, no Consolidado, de R\$ 9.280 em 31/12/2023 (R\$ 5.665 no consolidado em 31/12/2022). Esses valores constam nessas demonstrações financeiras e segue abaixo um detalhamento dos valores em 31/12/2023 por tipo de ação judicial.

	Controladora	Consolidado
Ações Cíveis	32	4.481
Ações Trabalhistas	-	3.297
Ações Tributárias	-	1.501
Total	32	9.280
Em 31/12/2023, a Controladora possui perdas possíveis estimadas de R\$ 454.090 e no consolidado de R\$ 501.720 (R\$ 452.922 da controladora e 480.736 no consolidado em 31/12/2022) decorrente de riscos tributários, cíveis e trabalhistas e processos administrativos de outras naturezas. Segue abaixo um detalhamento dos valores em 31/12/2023		
por tipo de ação judicial.		
Ações Cíveis (a)	451.178	494.706
Ações Trabalhistas	1.897	5.335
Ações Tributárias	1.016	1.478
Total	454.090	501.720
(a) Montante decorrente de procedimento arbitral onde a investida FLPP Prime Properties S.A. e parte passiva, sendo que a Controladora não é a devedora principal, mas atua como fiadora solidária.		

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 31/12/2023, o capital social da Sociedade é de R\$ 582.206, dividido em 508.343.938 ações ordinárias (R\$ 582.206 dividido em 582.343.938 ações ordinárias, em 2022), sendo todas nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas. **b) Aumento de capital:** A controladora não incorreu com aumento do seu capital social no ano de 2023. A Companhia, no exercício de 2023, não recebeu adiantamentos para futuro aumento de capital. **c) Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social. Em 31/12/2023 o saldo dessa reserva era de R\$76.727 (R\$ 71.214 em 31/12/2022).

d) Reserva de lucros: A reserva de retenção do saldo remanescente de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão, modernização e manutenção das propriedades para investimento. A Administração da Sociedade irá propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO o aumento do capital social e/ou pagamento de dividendos, mediante a utilização da reserva de retenção de lucros, para se adequar a legislação vigente. **e) Destinação do lucro líquido do exercício:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 0,5% do lucro líquido do exercício. A Sociedade poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Durante o exercício findo em 31/12/2023 não foram distribuídos resultados aos acionistas.

16. RECEITA LÍQUIDA:

	Controladora	Consolidado		
2023	2022	2023	2022	
Receita bruta de serviços e alugueis (a)	56.780	53.380	452.084	411.796
Impostos sobre serviços e alugueis	(5.280)	(4.981)	(35.395)	(31.812)
Linearização de receitas de locação	(7.033)	-	(52.943)	-
Cancelamentos e devoluções	-	-	(85)	(1.385)
Total	44.467	48.399	363.661	378.599
(a) As receitas da Companhia são substancialmente compostas por locação de imóveis. As receitas de prestação de serviços referem-se às prestações de serviços profissionais relacionadas à gestão imobiliária.				

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E POR FUNÇÃO:

	Controladora	Consolidado		
2023	2022	2023	2022	
Despesas com pessoal	(4.705)	(5.294)	(35.090)	(26.711)
Despesas de alugueis e condomínios	(1.972)	(1.705)	(25.004)	(30.441)
Serviços profissionais contratados	(10.042)	(8.911)	(49.041)	(40.573)
Viagens e transportes	(49)	(38)	(2.227)	(1.368)
Utilidades e serviços	(101)	(113)	(2.419)	(617)
Depreciações e amortizações	(465)	(509)	2.230	(1.531)
Crédito de pis e cofins	-	57	-	149
Despesas com manutenção	(48)	(6)	(2.721)	(426)
Despesas gerais	(319)	(130)	(7.266)	(1.292)
Despesas tributárias	(212)	(138)	(6.710)	(4.213)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29)	36	(944)	(5.918)
Outras receitas (despesas), líquidas	(18.707)	1.152	82.000	2.870
Total	(36.650)	(15.599)	(47.691)	(110.076)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados e alugueis	(1.797)	(1.668)	(24.926)	(28.367)
Despesas gerais e administrativas	(16.118)	(14.435)	(103.820)	(82.764)
Outras receitas (despesas), líquidas	(18.736)	504	81.056	1.055
Total	(36.650)	(15.599)	(47.691)	(110.076)

18. RESULTADO FINANCEIRO:

	Controladora	Consolidado		
2023	2022	2023	2022	
Despesas financeiras:				
Juros e comissões bancárias	(1.860)	(2.159)	(5.064)	(3.575)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(53.106)	(66.366)	(173.957)	(185.801)
Outras despesas financeiras	(299)	(94)	(8.732)	(8.632)
Total	(55.265)	(68.619)	(187.753)	(198.008)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	3.473	44	6.744	3.249
Receitas de juros ativos	4.992	3.704	7.213	5.804
Total	8.465	3.748	13.956	9.053
Total Resultado Financeiro	(46.800)	(64.871)	(173.797)	(188.955)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Em 31/12/2023 e de 2022, a Sociedade possuía instrumentos financeiros representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber estão classificados e avaliados pelo custo amortizado, ou seja, utilizando a taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos e fornecedores representam passivos mensurados pelo custo amortizado. Os empréstimos e Financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. Os fornecedores são reconhecidos de acordo com a obrigação existente da companhia, devido a prestação de serviços ou entrega de mercadorias. **a) Concentração de risco:** A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos. **b) Valores contábeis e de mercado de instrumentos financeiros:** Com exceção da rubrica "Partes relacionadas", os valores de mercado em 31/12/2023 e de 2022 não diferem significativamente dos valores contábeis e não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: **a) Caixa e bancos:** os valores contábeis informados nos balanços patrimoniais aproximam-se dos valores de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. **b) Empréstimos e financiamentos:** o valor de mercado aproxima-se do valor contábil, considerando as características próprias desses instrumentos. **c) Análise de sensibilidade:** A Sociedade apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação e de juros a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31/12/2023. Dessa forma, o quadro a seguir demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

continuação ◀

consumada pela entrega da totalidade as participações da Companhia nas controladas Altipar, Partage FL Tower, Pratapar, Vinpar, Partage FL e Partage Plaza. Com essa redução o capital social da Companhia passou a ter o valor de R\$ 384.277. **Aquisição de 2 novos shoppings:** A Companhia, através de suas controladas PSP e JPAR, adquiriu 2 novos shoppings para compor seu portfólio imobiliário. A controlada PSP adquiriu em janeiro de 2024 o equivalente a 70% da fração ideal do Santana Parque Shopping, localizado em São Paulo (SP). Por sua vez, a controlada JPAR adquiriu o equivalente a 75% do Boulevard Shopping Campos, localizado em Campos dos Goytacazes (RJ). Ambos os empreendimentos foram

Partage Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

adquiridos de controladas da Allos S.A. O valor total da operação foi de R\$ 297,9 milhões. Liquidação de valores a pagar pela aquisição dos Shoppings Pátio Arapiraca e Jaraguá do Sul. Em março de 2024, a Controladora concluiu a aquisição dos Shoppings Pátio Arapiraca e Jaraguá do Sul com a liquidação financeira de valores a pagar, que até então estavam pendentes em razão do atendimento a condições resolutivas contratuais. **Aportes de recursos da controladora Triage Empreendimentos:** A Controlada recebe de janeiro a setembro de 2024 recursos financeiros de seus controlada Triage Empreendimentos S.A. no montante de R\$ 33.162, contabilizada como conta corrente entre empresas do mesmo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Partage Empreendimentos e Participações S.A. Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Partage Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Partage Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não quantificados do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Partage Empreendimentos e Participações S.A. e da Partage Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Em 31/12/2022, a Companhia não possuía controles suficientes e apropriados para identificar e determinar os montantes relativos à receita líquida de aluguel para os meses em que, contratualmente, o locatário estava isento do pagar o aluguel. Conforme estabelece o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, a Companhia é requerida a reconhecer a receita pelo método linear se os esforços ou insumos da entidade forem igualmente gastos ao longo de todo o período de desempenho. No exercício findo em 31/12/2023, a administração da Companhia estabeleceu controles suficientes e apropriados e reconheceu os montantes relativos à linearização da receita de líquida de aluguel. A Companhia apurou o montante de R\$ 14.792 mil na controladora e R\$ 5.858 mil no consolidado relativos à exercícios anteriores, que não foram reapresentados de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, sendo apresentados diretamente no patrimônio líquido do exercício findo em 31/12/2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos

com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 269.114 na controladora, e R\$ 319.713 no consolidado (R\$156.234 e R\$ 137.831, respectivamente, em 2022). Essa situação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

A DIRETORIA

Clayton Claudinei Nogueira
Contador - CRC 1SP 306.862/O-6

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP-000160/O-5

Jefferson Alves da Silva
Contador
CRC nº 1SP-264861/O-9

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/01/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Resolução CVM e Local: Realizada aos 30 dias do mês de dezembro de 2024, às 10h00, na forma da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), de maneira exclusivamente remota e eletrônica, com a dispensa de videoconferência em razão da presença do Debiturista (conforme abaixo definido) titular da totalidade das Debêntures em circulação, com os votos proferidos via e-mail que foram arquivados na sede da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Emissora" ou "Companhia"), localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jobatô, Condomínio Castelo Branco Office Park, Bairro de Tamboré, CEP 06060-040, no município de Barueri, Estado de São Paulo. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por edital, tendo em vista a presença do debiturista representando a totalidade das debêntures em circulação, emitidas no âmbito do "Instrumento Particular de Escritura da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Real Adicional e Garantia Fiduciária Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Escorços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.", bem como seus eventuais aditamentos ("Debêntures" e "Escritura de Emissão", respectivamente), nos termos dos artigos 7º, § 2º e 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do artigo 7º, § 3º da Resolução CVM 81.

3. Presença: Compareceram, de forma virtual: (i) o Debiturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, conforme Lista de Presença dos Debituristas indicada no Anexo I à presente ata ("Debiturista"), por seu procurador; (ii) o representante legal da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"); (iii) a Azul S.A., devidamente qualificada na Escritura de Emissão, por seu representante legal estatutário e na qualidade de Fiadora; e (iv) o representante legal da Companhia. **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. Abhi Manoj Shah, e secretariada pelo Sr. Carlos Alberto Marion. **5. Definições:** Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados na presente ata, que não estiverem aqui definidos, têm o significado que lhe foi atribuído na Escritura de Emissão, ou em seus documentos correlatos, conforme aplicável. **6. Ordem do Dia:** Apreciar, analisar, discutir e deliberar sobre: (A) A concessão de anuidade prévia quanto à eventual ocorrência de não manutenção dos Índices Financeiros (covenants) apurados anualmente pela Azul S.A. ("Intervenção Garantidora"), nos termos da cláusula 14.1.1, inciso "xxv" da Escritura de Emissão, com base, exclusivamente, nas informações financeiras consolidadas da Interventente Garantidora, relativas ao exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, sem que seja considerado qualquer evento de Vencimento Antecipado da Emissão; (B) A aprovação da não declaração da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, conforme previsão constante na Cláusula 4.22, parágrafo 6º, item (I), da Escritura de Emissão para que a Companhia, assim como a Interventente Garantidora, possa realizar captações de recursos de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos). Sendo certo que, conforme Fato Relevante divulgado em 14 de novembro de 2024, esse processo já foi iniciado; e (C) A aprovação para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários à celebração e devida formalização da Ordem do Dia. **7. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, restou decidido, sem ressalvas, o quanto segue: (A) O Debiturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, concedeu anuidade prévia à Companhia e à Interventente Garantidora, quanto a eventual ocorrência de não manutenção dos Índices Financeiros (covenants) apurados anualmente pela Interventente Garantidora, nos termos da cláusula 14.1.1, inciso "xxv" da Escritura de Emissão, com base, exclusivamente, nas informações financeiras consolidadas da Interventente Garantidora, relativas ao exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, com a consequente não declaração de Vencimento Antecipado das obrigações constantes das Debêntures e da Escritura de Emissão; (B) O Debiturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, aprovou a não declaração da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, conforme previsão constante na Cláusula 4.22, parágrafo 6º, item (I), da Escritura de Emissão para que a Companhia, assim como a Interventente Garantidora, possa realizar captações de recursos de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos). Sendo certo que conforme Fato Relevante divulgado em 14 de novembro de 2024, esse processo já foi iniciado; e (C) O Debiturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, concedeu aprovação para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários à celebração e devida formalização da Ordem do Dia. **8. Anuidade/waiver Sob Condição Suspensiva:** A validade da presente anuidade/waiver fica condicionada à obtenção de anuidade/waiver para os descumprimentos dos Índices Financeiros, para o exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, previstos em contratos de empréstimo e financiamentos, celebrados pela Companhia, pela Interventente Garantidora e/ou outras empresas do Grupo Azul, conforme descrito no item 18.4 – Cláusulas Restritivas das Demonstrações Financeiras da Interventente Garantidora, referentes ao quarto trimestre de 2024. As referidas anuidades/waivers deverão ser apresentadas ao Agente Fiduciário até 30 de abril de 2025. **9. Manutenção/alteração de Remuneração:** A remuneração atual será elevada (I) para 100% (cem por cento) da taxa DI acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 5,2% a.e. (primeiro step up), a partir de 01 de Abril de 2025, em caso de não elevação da Nota de Crédito em, no mínimo, 1 nível, por pelo menos uma das agências de rating, até 31 de março de 2025 e II) para 100% (cem por cento) da taxa DI acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 5,75% a.e. (segundo step up), a partir de 01 Julho de 2025, em caso de não elevação da Nota de Crédito em, no mínimo, 1 nível, por pelo menos uma das agências de rating, até 30 de junho de 2025. Desde já a Emissora assume o compromisso de aditar a Escritura de Emissão, no prazo de até 30 dias úteis, após 31 de março de 2025 e também após 30 de junho de 2025, para constar as novas taxas, caso necessário. **10. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada digital ou eletronicamente pelos presentes, em conformidade com as disposições da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. *Certifico que a presente é ata fiel da ata lavrada em livro próprio.* Barueri/SP, 30 de dezembro de 2024. **Mesa:** Abhi Manoj Shah – Presidente; Carlos Alberto Marion – Secretário. **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (Emissora ou Companhia),** Por: Abhi Manoj Shah – CPF/MF: 233.420.638-58. **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário),** Por: Vinicius Alves de Lima – CPF/MF: 369.903.248-56. **Azul S.A. (Fiadora),** Por: John Peter Rodgerson – CPF/MF: 233.337.188-98. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 5.314/25-2 em 13/01/2025. Aloizio Epifânio Soares Junior – Secretário Geral em Exercicio.

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



CNPJ nº 09.296.295/0001-60 – NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Unica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., realizada em 30 de dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 30 dias do mês de dezembro de 2024, às 10h00, na forma da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (**Resolução CVM 81**), de maneira exclusivamente remota e eletrônica, com a dispensa de videoconferência em razão da presença do Debenturista (conforme abaixo definido) titular da totalidade das Debêntures em circulação, com os votos proferidos via e-mail que foram arquivados na sede da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (**Emissora** ou **Companhia**), localizada na Avenida Marcos Penteado de Ullhó Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Bairro de Tamboré, CEP 06040-040, no município de Barueri, Estado de São Paulo. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por edital, tendo em vista a presença do debenturista representando a totalidade das debêntures em circulação, emitidas no âmbito do **"Instrumento Particular de Escritura da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Unica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A."**, bem como seus eventuais aditamentos **"Debêntures"** e **"Escritura de Emissão"**, respectivamente, nos termos dos artigos 71, § 2º e 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do artigo 71, § 3º da Resolução CVM 81.

3. Presença: Compareceram, de forma virtual: **(i)** o Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, conforme Lista de Presença dos Debenturistas indicada no **Anexo I** a presente ata (**"Debenturista"**), por seu procurador; **(ii)** o representante legal da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário (**"Agente Fiduciário"**); **(iii)** a Azul S.A., devidamente qualificada na Escritura de Emissão, por seu representante legal estatutário e na qualidade de Fiadora; e **(iv)** o representante legal da Companhia. **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. Abhi Manoj Shah, e secretariada pelo Sr. Carlos Alberto Marion. **5. Definições:** Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados na presente ata, que não estiverem aqui definidos, têm o significado que lhe foi atribuído na Escritura de Emissão, ou em seus documentos correlatos, conforme aplicável. **6. Ordem do Dia:** Apreciar, analisar, discutir e deliberar sobre: **(A)** A concessão de anuência prévia quanto à eventual ocorrência de não manutenção dos Índices Financeiros (covenants) apurados anualmente pela Azul S.A. (**"Interviente Garantidora"**), nos termos da cláusula 4.14.1, inciso "xv" da Escritura de Emissão, com base, exclusivamente, nas informações financeiras consolidadas da Interviente Garantidora, relativas ao exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, sem que seja considerado qualquer evento de Vencimento Antecipado da Emissão; **(B)** A aprovação da não declaração da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, conforme previsão constante na Cláusula 4.22, parágrafo 6º, item (i), da Escritura de Emissão para que a Companhia, assim como a Interviente Garantidora, possa realizar captações de recursos de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos). Sendo certo que, conforme Fato Relevante divulgado em 14 de novembro de 2024, esse processo já foi iniciado; e **(C)** A aprovação para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários à celebração e devida formalização da Ordem do Dia. **7. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, restou decidido, sem ressalvas, o quanto segue: **(A)** O Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, concedeu anuência prévia à Companhia e à Interviente Garantidora, quanto a eventual ocorrência de não manutenção dos Índices Financeiros (covenants) apurados anualmente pela Interviente Garantidora, nos termos da cláusula 4.14.1, inciso "xv" da Escritura de Emissão, com base, exclusivamente, nas informações financeiras consolidadas da Interviente Garantidora, relativas ao exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, com a consequente não declaração de Vencimento Antecipado das obrigações constantes das Debêntures e da Escritura de Emissão; **(B)** O Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, aprovou a não declaração da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, conforme previsão constante na Cláusula 4.22, parágrafo 6º, item (i), da Escritura de Emissão para que a Companhia, assim como a Interviente Garantidora, possa realizar captações de recursos de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos). Sendo certo que conforme Fato Relevante divulgado em 14 de novembro de 2024, esse processo já foi iniciado; e **(C)** O Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação a este item, concedeu aprovação para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários à celebração e devida formalização da Ordem do Dia. **8. Anuência/Waiver sob Condição Suspensiva:** A validade da presente anuência/waiver fica condicionada à obtenção de anuência/waiver para o descumprimento dos Índices Financeiros, para o exercício social a ser encerrado na data de 31 de dezembro de 2024, previstos em contratos de empréstimo e financiamentos, celebrados pela Companhia, pela Interviente Garantidora e/ou outras empresas do Grupo Azul, conforme descrito no item 18.4 – Cláusulas Restritivas das Demonstrações Financeiras da Interviente Garantidora, referentes ao quarto trimestre de 2024. As referidas anuências/waivers deverão ser apresentadas ao Agente Fiduciário até 30 de abril de 2025. **9. Manutenção/Alteração de Remuneração:** A remuneração atual será elevada (i) para 100% (cem por cento) da taxa DiI acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 5,2% a.e. (primeiro nível), a partir de 01 de Abril de 2025, em caso de não elevação da Nota de Crédito em, no mínimo, 1 nível, por, pelo menos uma das agências de rating, até 31 de março de 2025 e (ii) para 100% (cem por cento) da taxa DiI acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 5,75% a.e. (segundo step up), a partir de 01 de Julho de 2025, em caso de não elevação da Nota de Crédito em, no mínimo, 1 nível, por, pelo menos uma das agências de rating, até 30 de junho de 2025. Desde já a Emissora assume o compromisso de editar a Escritura de Emissão, no prazo de até 30 dias úteis, após 31 de março de 2025 e também após 30 de junho de 2025, para constar as novas taxas, caso necessário. **10. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada digital ou eletronicamente pelos presentes, em conformidade com as disposições da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. **Certifico que a presente é ata fiel da ata lavrada em livro próprio.** Barueri/SP, 30 de dezembro de 2024. **Mesa:** Abhi Manoj Shah – Presidente; Carlos Alberto Marion – Secretário. **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (Emissora ou Companhia)** Por: Abhi Manoj Shah CPF/MF: 233.420.638-58. **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário)** Por: Vinicius Alves de Lima CPF/MF: 369.903.248-56; **Azul S.A. (Fiadora)** Por: John Peter Rodgerson CPF/MF: 233.327.188-98. Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Certifico o registro sob o nº 5.309/25-6 em 13/01/2025.** Aloizio Cipitiano Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 – NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2024

I. Data, Horário e Local: aos 26 dias do mês de dezembro de 2024, às 10h00, na sede social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Companhia" ou "Emissora", localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulião Rodrigues, 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Bairro de Tamboré, CEP 06460-040). **2. Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em função da presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Abhi Manoj Shah; Secretário(a): Raphael Linares. **4. Ordem do Dia:** foram tomadas as seguintes análises e deliberações, observados os impedimentos legais: **4.1.** Autorização expressa à diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, a discutir, negociar e assinar o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 12ª (décima segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Espécie Única, Para Distribuição Pública, da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("2º Aditamento"). **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas, o que segue: **5.1.** Autorizar expressamente a diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, a discutir, negociar e assinar o 2º Aditamento, celebrado entre a Companhia, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como Agente Fiduciário, Azul S.A., como fiadora, e a Raizen S.A., como interveniente anuente, em 26 de novembro de 2024, o qual alterará (i) em razão da distribuição parcial das Debêntures e do cancelamento das Debêntures que não foram objeto de colocação, com a definição da quantidade de Debêntures efetivamente colocadas, a redação 7 das Cláusulas 2.6.6, 2.6.7, 2.6.8, 3.3.1 e 4.8.1; e (ii) em razão da implementação da Condição Suspensiva, a redação das Cláusulas 2.6.3.1, 4.2.3.2 e 6.1.3 (xx). A ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, necessários para a consecução das deliberações acima.

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia geral extraordinária da Companhia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi pelos membros da mesa assinada.

Mesa: Presidente: Abhi Manoj Shah; Secretário: Raphael Linares. **Acionistas Presentes:** (i) Azul S.A. (por seu Diretor Presidente, John Peter Rodgersson); e (ii) David Gary Neeleman. *Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.* Barueri, 26 de dezembro de 2024. **Abhi Manoj Shah** – Presidente; **Raphael Linares** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 1.421/25-6 em 14/01/2025, Alzório Epifânio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

CN/ME nº 09.296.295/0001-60 – NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20 de dezembro de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 20 de dezembro de 2024, às 11h00, na sede social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulihôa Rodrigues, 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamoré, CEP 06460-040, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Tendo comparecido a totalidade dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se evidencia da assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, na forma do art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como o artigo 6º, parágrafo 2º do estatuto social da Companhia, as formalidades de convocação foram dispensadas. **3. Mesa:** Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Abhi Manji Shah, que convidou a mim, Raphael Linares Felipe, para atuar como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** A autorização para a emissão, pela Azul Investments LLP ("Azul Investments" ou "Emissor"), das Notas (conforme definido abaixo) de acordo com a Escritura (conforme definido abaixo), as quais serão garantidas pela Companhia e pela Azul S.A. ("Azul"). A emissão das Notas se insere no contexto da oferta de permuta (exchange offer) das "7.500% Senior Notes Due 2030" existentes, emitidas pela Azul Investments sob escritura (Indenture) datada de 28 de setembro de 2023, pelas Notas ("Oferta de Permuta"); **(ii)** a autorização para a concessão, pela Companhia, de garantia fidejussória em favor dos detentores das Notas e do trustee dos referidos detentores, destinada a garantir, de forma irrevogável e irretirável, as obrigações a serem assumidas pela Azul Investments em relação às Notas e a Escritura, conforme aplicável, bem como quaisquer outros contratos em relação às Notas a serem oportunamente celebrados; **(iii)** a autorização para a celebração de um ou mais Exchange Agreements (conforme definido abaixo) pela Companhia e Azul Investments, por meio do qual a Azul Investments concorda em emitir, e a Companhia e a Azul concordam em garantir, as Notas, incluindo as disposições que regem a Oferta de Permuta e a emissão e permuta das Notas, nos termos ali previstos; **(iv)** a autorização para à Diretoria e/ou outros representantes da Companhia e/ou da Azul Investments, conforme aplicável, para praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação da Emissão (conforme definido abaixo) das Notas, da outorga da Garantia Fidejussória (conforme definido abaixo) e da Oferta de Permuta, podendo inclusive negociar os termos e condições específicos de tais transações, a contratação de prestadores de serviços (incluindo trustees, agentes de garantias, assessores legais e financeiros, auditores, entre outros), e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a consumação das matérias previstas nos itens "(i)" a "(iii)" acima, podendo negociar e celebrar quaisquer acordos, comunicações, notificações, certificados, aditamentos ou documentos que julgar necessários ou apropriados para a emissão das Notas pela Azul Investments, incluindo, sem limitação, a celebração da Escritura, dos Exchange Agreements, term sheets, intercreditor agreements, bem como quaisquer documentos e/ou aditamentos relacionados a tais instrumentos, incluindo quaisquer escrituras adicionais; e **(v)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia, da Azul Investments e/ou de quaisquer subsidiárias e seus respectivos diretores e/ou representantes relacionados às matérias previstas nos itens "(i)" a "(iv)" acima. **5. Deliberações:** Prestados os esclarecimentos necessários, após dada a análise dos documentos pertinentes referentes às matérias constantes da presente ata (incluindo os principais termos das Notas), os acionistas presentes por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, aprovaram o seguinte segue: **(i)** a autorização para a emissão, pela Azul Investments (a "Emissão"), das "7.500% Senior One PIK Notes Due 2030", no valor de principal agregado de US\$370.490.204, com vencimento em 2030 e com juros à taxa de 7.500% ao ano, pagáveis trimestralmente, em 30 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 30 de dezembro de cada ano (cada uma dessas datas sendo uma "Data de Pagamento de Juros"), sendo a primeira Data de Pagamento de Juros em 30 de dezembro de 2024 (que é também a "Data de Pagamento de Juros PIK"), conforme os termos e condições estabelecidos na Escritura (conforme definido abaixo); desde que, no entanto, no caso de o Emissor, em algum momento, deixar de pagar os juros ou quaisquer outros valores que possam ser devidos em relação às Notas ou à Garantia Fidejussória, o Emissor deverá realizar o pagamento dos juros em espécie sobre o principal ou parcelas de juros em atraso, na medida permitida por lei, à taxa suportada pelas Notas acrescida de 2% ao ano ("Notas"), de acordo com os termos da escritura (indenture) que regerá as Notas (a "Escritura") e seus respectivos instrumentos contratuais a serem oportunamente celebrados, as quais serão garantidas pela Companhia e pela Azul. A emissão das Notas se insere no contexto da Oferta de Permuta; **(ii)** a autorização para a concessão, pela Companhia, de garantia fidejussória em favor dos detentores das Notas e do trustee de referidos detentores ("Garantia Fidejussória"), destinada a garantir, de forma irrevogável e irretirável, as obrigações a serem assumidas pela Azul Investments em relação às Notas e a Escritura, conforme aplicável, bem como quaisquer outros contratos em relação às Notas a serem oportunamente celebrados. A Garantia será concedida com a expressa renúncia ao benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstas no Código Civil Brasileiro, bem como no Código de Processo Civil Brasileiro; **(iii)** a autorização para celebração, pela Azul Investments e Companhia, conforme aplicável, de um ou mais contratos de permuta (Exchange Agreements) ("Exchange Agreements"), por meio do qual a Azul Investments concorda em emitir, e a Companhia e a Azul concordam em garantir, as Notas, incluindo as disposições que regem a emissão e venda das Notas, nos termos ali previstos; **(iv)** a autorização para à Diretoria e/ou outros representantes da Companhia (incluindo seus procuradores), em nome da Companhia, em sua capacidade individual e na sua capacidade como Sócia Gestora da Azul Investments, em nome da Azul Investments, praticarem todos e atos necessários para a implementação da Emissão das Notas, da outorga da Garantia Fidejussória e da Oferta de Permuta, podendo inclusive negociar os termos e condições específicos de tais transações, a contratação de prestadores de serviços (incluindo trustees, agentes de garantias, assessores legais e financeiros, auditores, entre outros), e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a consumação das matérias previstas nos itens "(i)" a "(iii)" acima, podendo negociar e celebrar quaisquer acordos, comunicações, notificações, certificados, aditamentos ou documentos que julgar necessários ou apropriados para a emissão das Notas pela Azul Investments, incluindo, sem limitação, a negociação, celebração e entrega da Escritura, dos Exchange Agreements, term sheets, qualquer intercreditor agreements, bem como quaisquer outros documentos e/ou aditamentos contemplados ou relacionados a qualquer um dos anteriores, incluindo quaisquer escrituras adicionais; e **(v)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia, da Azul Investments e/ou de quaisquer subsidiárias e seus respectivos diretores e/ou representantes (incluindo procuradores) relacionados às matérias previstas nos itens "(i)" a "(iv)" acima. **6. Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Mesa: Sr. Abhi Manji Shah – Presidente; e Sr. Raphael Linares Felipe – Secretário; Acionistas: (i) Azul S.A. (por seu Diretor Presidente, John Peter Rodgerson); e (ii) David Gary Neeleman. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Barueri, 20 de dezembro de 2024. **Raphael Linares Felipe** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 3.256/25-0 em 09/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

CNPJ/MF nº 57.507.626/0001-06 - NIRE 35.300.019.385

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Local, Data e Hora: No dia 27 de dezembro de 2024, às 14:00 horas na sede da companhia localizada na Avenida Maria Coelho Aquiar, nº 215, Bloco B, 1ª andar e subsolo, Bairro Jardim São Luiz, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05804-902.

2. Convocação e Presença: dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença da totalidade das acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.s."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e a final desta 3ª. **Mesa:** Assumiu a presidência os trabalhos a Sra. Renata Giráldez de Manzeira Weigt, que também atua como Sra. Renata Murari Pae - Secretária-ia, por secretária-ia da 3ª. **Ordem de Dia:** (i) tomar conta das contas dos administradores, exonerar e votar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5. Deliberações:** Após devidamente discutidas as matérias elencadas na ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, sem qualquer oposição, protesto, ressalva ou restrição: **5.1.** Aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A.s. **5.2.** Aprovada a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, tendo em vista já serem tais documentos do conhecimento de todos os acionistas. **5.3.** Aprovadas as Contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no dia 13 de julho de 2024 no jornal Data Mercantil do Estado de São Paulo, nas páginas 5 a 10. **5.4.** Considerando a inexistência de qualquer prejuízo acumulado, fica consignada a apuração de lucro líquido no valor de R\$ 204.851.511,77 (duzentos e quatro milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos), de forma que as acionistas aprovam, sem quaisquer ressalvas ou restrições a destinação de 5% (cinco por cento) desse valor, equivalente a R\$ 10.240.775,59 (dez milhões, duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para reserva legal; R\$ 31.247.545,60 (trinta e um milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos) para a reserva de lucros e R\$ 163.327.190,58 (cento e sessenta e três milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e noventa reais e cinquenta e oito centavos) a conta de lucros acumulados existente no valor de R\$ 1.097.335.277,17 (um bilhão, noventa e sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos), passando esta a ser de R\$ 1.260.662.467,75 (um bilhão, duzentos e sessenta milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos). **5.5.** Considerando os ajustes decorrentes da cisão ocorrida em 30 de junho de 2023 no valor de R\$ 29.803.401,52 (vinte e nove milhões, oitocentos e três mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e dois centavos) o valor de lucros acumulados existente no valor de R\$ 1.097.335.277,17 (um bilhão, noventa e sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos) e o valor de lucros acumulados existente no valor de R\$ 1.097.335.277,17 (um bilhão, noventa e sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos) o qual, após as antecipações de lucros aos sócios realizadas durante o exercício de 2023 decorrentes dos pagamentos de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 104.124.000,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil reais) e R\$ 840.000.000,00 (oitocentos e quarenta milhões de reais) a título de dividendos intermediários, remanesce portanto o saldo de lucros acumulados no valor de R\$ 346.341.869,27 (trezentos e quarenta e sete milhões, trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos) e R\$ 129.935.578,3 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais, quinhentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos) de reserva legal. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes. **Mesa:** Assumiu a Presidência de Manzeira Weigt - Presidente; Renata Murari Pae - Secretária. **Acionistas:** Rhodia Operations S.A.S. p.p., Daniela Rattis Manique; Cristina Guedes Netto de Mello. **Solvay Chemicals and Plastics Holding B.V.** p.p. Daniela Rattis Manique; Cristina Guedes Netto de Mello. **JUCESP** nº 24.195/25-0 em 17/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - S.º perito legal em exercício

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/01/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Trusthub Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 02.211.906/0001-80

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 4 (quatro) Séries, da Trusthub Securitizadora S.A. realizada em 07 de janeiro de 2025

1. Data, Hora e Local: no dia 07 de janeiro de 2025, às 12:00 (doze) horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60") e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), conforme aplicável, coordenada pela **Trusthub Securitizadora S.A.**, companhia securitizadora com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509, 5º andar, Campos Eliseos, CEP 01218-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 02.211.906/0001-80 ("Emissora"), com a dispensa de videoconferência em razão da presença dos Debenturistas (conforme definido abaixo) representando 100% (cem por cento) das Debêntures (conforme abaixo definido) da Emissão (conforme abaixo definido). **2. Convocação:** dispensada a convocação por edital em razão da presença dos titulares representando 100% (cem por cento) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, da 2ª (segunda) emissão, em 4 (quatro) séries, da Emissora, emitidas por meio da "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 4 (quatro) Séries, Sendo a 1ª e 2ª Séries da Espécie Quirográfrica para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, e a 3ª e 4ª Séries da Espécie Subordinada para Colocação Privada, da Trusthub Securitizadora S.A.", celebrado em 18 de janeiro de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), como exposto na Lista de Presença constante do Anexo I à presente ata ("Debenturistas", "Debêntures", "Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Resolução CVM 60. **3. Presença:** presentes os representantes (i) da Emissora; (ii) da **Planner Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("**Agente Fiduciário**"); e (iii) dos Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), tudo conforme assinaturas constantes ao final desta ata. **4. Mesa:** Os trabalhos foram conduzidos por Salim Raphael Mansur, como Presidente, e por Nathália Guedes Esteves, como Secretária. **5. Ordem do Dia:** A presente assembleia tem como objeto discutir e deliberar sobre: (i) alteração do cronograma de amortização das Debêntures Seniores, originalmente programado para ocorrer em 09 (nove) parcelas, de janeiro de 2025 a setembro de 2025, conforme previsto no Fluxo de Pagamento do Anexo I da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de janeiro de 2026 a junho de 2026, conforme estabelecido no Anexo II desta ata; (ii) alteração do cronograma de amortização das Debêntures Mezanino A e B, originalmente programado para ocorrer em 12 (doze) parcelas, de janeiro de 2026 a dezembro de 2026, conforme previsto no Fluxos de Pagamento do Anexo II da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de julho de 2026 a dezembro de 2026, conforme estabelecido no Anexo III desta ata; e (iii) Alteração do cronograma de pagamento de juros das Debêntures Seniores e Mezanino A e B, para um novo cronograma, conforme previsto nos Anexos II e III desta ata; (iv) no caso do item I acima ser aprovado, a consequente postergação do vencimento das Debêntures Seniores para 15 de junho de 2026; e (v) a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pelas Partes e pelo Agente Administrativo para a implementação das matérias deliberadas e aprovadas através da presente assembleia. **6. Deliberações:** colocada em discussão as matérias objeto da Ordem do Dia, restou aprovado pelos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção: (i) aprovar a alteração do cronograma de amortização das Debêntures Seniores, originalmente programado para ocorrer em 09 (nove) parcelas, de janeiro de 2025 a setembro de 2025, conforme previsto no Fluxo de Pagamento do Anexo I da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de janeiro de 2026 a junho de 2026, conforme estabelecido no Anexo II desta ata; (ii) aprovar a alteração do cronograma de amortização das Debêntures Mezanino, originalmente programado para ocorrer em 12 (doze) parcelas, de janeiro de 2026 a dezembro de 2026, conforme previsto no Fluxos de Pagamento do Anexo II da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de julho de 2026 a dezembro de 2026, conforme estabelecido no Anexo III desta ata; (iii) aprovar a alteração do cronograma de pagamento de juros das Debêntures Seniores e Mezanino A e B, para um novo cronograma, conforme previsto nos Anexos II e III desta ata; (iv) aprovar a postergação do vencimento das Debêntures Seniores para 15 de junho de 2026; (v) ratificar de todos e quaisquer atos até então praticados pelas Partes e pelo Agente Fiduciário e pelo Agente Administrativo para a implementação das matérias deliberadas e aprovadas através da presente assembleia. **7. Disposições Finais: 7.1.** As deliberações tomadas pelos Debenturistas nesta assembleia, conforme descritas no item 6 acima, não deverão ser interpretadas como renúncia dos Debenturistas quanto ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nos Documentos da Emissão, conforme aditados; ou (b) não deverão impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de quaisquer direitos oriundos dos Documentos da Emissão, conforme aditados, bem como não deverão implicar em quaisquer formas de novação ou extinção das garantias prestadas às Debêntures, observando o disposto nos artigos 360 a 367 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, exceto nas hipóteses expressamente deliberadas e aprovadas nesta assembleia. **7.2.** A Emissora e o Agente Fiduciário questionaram os Debenturistas acerca de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação à matéria da Ordem do Dia e demais partes da Emissão. Além disso, o Agente Fiduciário destacou que não podem votar em sede de Assembleia, os Debenturistas titulares das Debêntures Subordinadas Mezanino B e das Debêntures Subordinadas Júnior que se encontrem em situação de conflito de interesse e/ou em deliberações relacionadas a qualquer matéria que atribua qualquer vantagem, crie e/ou aumente qualquer direito e/ou atenuar qualquer obrigação relacionadas à Emissora e/ou a SRM, conforme cláusula 12.10.2 da Escritura de Emissão. **7.3.** O Agente Fiduciário e a Emissora verificaram os poderes dos representantes dos Debenturistas e verificaram quórum suficiente para a instalação e deliberações, conforme exigido pela Escritura de Emissão e declararam, juntamente com o Presidente e o Secretário, a presente Assembleia Geral de Debenturistas devidamente instalada. **7.4.** Os Debenturistas, por seus representantes aqui presentes, declaram para todos os fins e efeitos de direito reconhecer todos os atos aqui deliberados e os riscos decorrentes das deliberações. **7.5.** Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, conforme aplicável. **7.6.** A Emissora informa que a presente Assembleia Geral de Debenturistas atende todos os requisitos e orientações de procedimentos necessários à sua realização, conforme previsto na Resolução CVM 60. **7.7.** As partes aqui presentes reconhecem a autenticidade, integridade, validade e eficácia desta Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o disposto nos artigos 219 e 220 do Código Civil Brasileiro, em formato eletrônico e/ou assinada pelas partes por meio de certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil ou não, conforme o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sendo certo que a data de assinatura desta ata é a data indicada abaixo, não obstante a data em que a última das assinaturas digitais for realizada. **7.8.** Por fim, os presentes autorizam a publicação no website da Emissora e o encaminhamento à CVM da presente ata em forma sumária, com a omissão da assinatura e qualificação dos Debenturistas. **8. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada digitalmente pelo Presidente, pelo Secretário, e por todos os presentes, conforme Lista de Presença anexa. São Paulo-SP, 07 de janeiro de 2025. Salim Raphael Mansur – Presidente; Nathalia Guedes Esteves – Secretária. **Planner Corretora de Valores S.A. Agente Fiduciário,** Rafael Ciro Pereira Covre CPF: 407.585.768-97 Cargo: Procurador; Nathália Guedes Esteves CPF: 107.606.197-43 Cargo: Procuradora; **Trusthub Securitizadora S.A. Emissora** Salim Raphael Mansur CPF: 139.474.568-08 Cargo: Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 43.657/25-4 em 24/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Trusthub Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 02.211.906/0001-80

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 4 (quatro) Séries, da Trusthub Securitizadora S.A. realizada em 13 de dezembro de 2024.

1. Data, Hora e Local: no dia 13 de dezembro de 2024, às 12:00 (doze) horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60") e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), conforme aplicável, coordenada pela **Trusthub Securitizadora S.A.**, companhia securitizadora com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509, 5º andar, Campos Eliseos, CEP 01218-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 02.211.906/0001-80 ("Emissora"), com a dispensa de videoconferência em razão da presença dos Debenturistas (conforme definido abaixo) representando 100% (cem por cento) das Debêntures (conforme abaixo definido) da Emissão (conforme abaixo definido). **2. Convocação:** dispensada a convocação por edital em razão da presença dos titulares representando 100% (cem por cento) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, da 2ª (segunda) emissão, em 4 (quatro) séries, da Emissora, emitidas por meio da "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 4 (quatro) Séries, Sendo a 1ª e 2ª Séries da Espécie Quirográfrica para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, e a 3ª e 4ª Séries da Espécie Subordinada para Colocação Privada, da Trusthub Securitizadora S.A.", celebrado em 18 de janeiro de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), como exposto na Lista de Presença constante do Anexo I à presente ata ("Debenturistas", "Debêntures", "Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Resolução CVM 60. **3. Presença:** presentes os representantes (i) da Emissora; (ii) da **Planner Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("**Agente Fiduciário**"); e (iii) dos Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), tudo conforme assinaturas constantes ao final desta ata. **4. Mesa:** Os trabalhos foram conduzidos por Salim Raphael Mansur, como Presidente, e por Nathália Guedes Esteves, como Secretária. **5. Ordem do Dia:** A presente assembleia tem como objeto discutir e deliberar sobre: (i) alteração do cronograma de amortização das Debêntures Seniores, originalmente programado para ocorrer em 09 (nove) parcelas, de janeiro de 2025 a setembro de 2025, conforme previsto no Fluxo de Pagamento do Anexo I da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de janeiro de 2026 a junho de 2026, conforme estabelecido no Anexo II desta ata; (ii) alteração do cronograma de amortização das Debêntures Mezanino, originalmente programado para ocorrer em 12 (doze) parcelas, de janeiro de 2026 a dezembro de 2026, conforme previsto no Fluxos de Pagamento do Anexo II da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de julho de 2026 a dezembro de 2026, conforme estabelecido no Anexo III desta ata; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pelas Partes e pelo Agente Administrativo para a implementação das matérias deliberadas e aprovadas através da presente assembleia. **6. Deliberações:** colocada em discussão as matérias objeto da Ordem do Dia, restou aprovado pelos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção: (i) aprovar a alteração do cronograma de amortização das Debêntures Seniores, originalmente programado para ocorrer em 09 (nove) parcelas, de janeiro de 2025 a setembro de 2025, conforme previsto no Fluxo de Pagamento do Anexo I da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de janeiro de 2026 a junho de 2026, conforme estabelecido no Anexo II desta ata; (ii) aprovar a alteração do cronograma de amortização das Debêntures Mezanino, originalmente programado para ocorrer em 12 (doze) parcelas, de janeiro de 2026 a dezembro de 2026, conforme previsto no Fluxos de Pagamento do Anexo II da Escritura de Emissão, para um novo cronograma de 6 (seis) parcelas, de julho de 2026 a dezembro de 2026, conforme estabelecido no Anexo III desta ata; e (iii) aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pelas Partes e pelo Agente Administrativo para a implementação das matérias deliberadas e aprovadas através da presente assembleia. **7. Disposições Finais: 7.1.** As deliberações tomadas pelos Debenturistas nesta assembleia, conforme descritas no item 6 acima, não deverão ser interpretadas como renúncia dos Debenturistas quanto ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nos Documentos da Emissão, conforme aditados; ou (b) não deverão impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de quaisquer direitos oriundos dos Documentos da Emissão, conforme aditados, bem como não deverão implicar em quaisquer formas de novação ou extinção das garantias prestadas às Debêntures, observando o disposto nos artigos 360 a 367 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, exceto nas hipóteses expressamente deliberadas e aprovadas nesta assembleia. **7.2.** A Emissora e o Agente Fiduciário questionaram os Debenturistas acerca de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação à matéria da Ordem do Dia e demais partes da Emissão. Além disso, o Agente Fiduciário destacou que não podem votar em sede de Assembleia, os Debenturistas titulares das Debêntures Subordinadas Mezanino B e das Debêntures Subordinadas Júnior que se encontrem em situação de conflito de interesse e/ou em deliberações relacionadas a qualquer matéria que atribua qualquer vantagem, crie e/ou aumente qualquer direito e/ou atenuar qualquer obrigação relacionadas à Emissora e/ou a SRM, conforme cláusula 12.10.2 da Escritura de Emissão. **7.3.** O Agente Fiduciário e a Emissora verificaram os poderes dos representantes dos Debenturistas e verificaram quórum suficiente para a instalação e deliberações, conforme exigido pela Escritura de Emissão e declararam, juntamente com o Presidente e o Secretário, a presente Assembleia Geral de Debenturistas devidamente instalada. **7.4.** Os Debenturistas, por seus representantes aqui presentes, declaram para todos os fins e efeitos de direito reconhecer todos os atos aqui deliberados e os riscos decorrentes das deliberações. **7.5.** Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, conforme aplicável. **7.6.** A Emissora informa que a presente Assembleia Geral de Debenturistas atende todos os requisitos e orientações de procedimentos necessários à sua realização, conforme previsto na Resolução CVM 60. **7.7.** As partes aqui presentes reconhecem a autenticidade, integridade, validade e eficácia desta Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o disposto nos artigos 219 e 220 do Código Civil Brasileiro, em formato eletrônico e/ou assinada pelas partes por meio de certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil ou não, conforme o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sendo certo que a data de assinatura desta ata é a data indicada abaixo, não obstante a data em que a última das assinaturas digitais for realizada. **7.8.** Por fim, os presentes autorizam a publicação no website da Emissora e o encaminhamento à CVM da presente ata em forma sumária, com a omissão da assinatura e qualificação dos Debenturistas. **8. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada digitalmente pelo Presidente, pelo Secretário, e por todos os presentes, conforme Lista de Presença anexa. São Paulo-SP, 13 de dezembro de 2024. Salim Raphael Mansur – Presidente; Nathalia Guedes Esteves – Secretária. **Planner Corretora de Valores S.A. Agente Fiduciário,** Rafael Ciro Pereira Covre (CPF: 407.585.768-97) – Procurador; Nathália Guedes Esteves (CPF: 107.606.197-43) – Procuradora; **Trusthub Securitizadora S.A. Emissora,** Salim Raphael Mansur (CPF: 139.474.568-08) – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 44.825/25-0 em 27/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/01/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369

Código CVM nº 02533-0 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 21 de fevereiro de 2025

Allied Tecnologia S.A. (“Allied” ou “Companhia”), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada e em vigor (“Lei das S.A.”), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada e em vigor (“Resolução CVM 81”), convocar Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“Assembleia” ou “AGE”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **21 de fevereiro de 2025, às 14h30**, de forma exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia, visando a reforma do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto”): **(i)** alteração do caput do artigo 5º do Estatuto para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em razão do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital autorizado; **(ii)** alteração do artigo 28 do Estatuto para alterar o número máximo de membros que compõe a Diretoria Estatutária e os cargos obrigatórios; **(iii)** alteração do artigo 30 do Estatuto para alterar a representação da Companhia nos casos em que envolver assunção de obrigação da Companhia em montante superior ao estabelecido na Política Interna de Alçada para Assunção de Obrigações; **(iv)** exclusão dos artigos 35 e 37 do Estatuto, em consequência da aprovação do item (ii) acima; **(v)** exclusão dos artigos 43 a 45, que compõem o Capítulo IX do Estatuto, deixando o Comitê de Recursos Humanos de ser um comitê estatutário; **(vi)** alteração da redação do artigo 54 do Estatuto para substituir a referência à Câmara de Arbitragem do Mercado pela referência ao Regulamento do Novo Mercado; **(vii)** consolidação do Estatuto em razão da aprovação das deliberações anteriores; e **(viii)** a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da AGE com a justificativa para a sua realização no formato presencial, o Boletim de Voto a Distância (“Boletim”) e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto, conforme previsto na Resolução CVM 81, foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), em conformidade com as disposições da Lei das S.A.. **Participação dos acionistas na AGE:** Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei das S.A.: **(i)** pessoalmente; **(ii)** por seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos; ou **(iii)** via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do modelo de Boletim e do item 1.1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária da Allied Tecnologia S.A. e do modelo de Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (<https://ri.alliedbrasil.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). **Documentos necessários:** Os acionistas que desejem participar da AGE, que será presencial, deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **19 de fevereiro de 2025**, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (ii) quando pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) quando fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). A Companhia esclarece que, excepcionalmente, dispensará o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização ou apostilamento, conforme o caso, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Os Boletins de voto à distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia, do depositário central ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim, até **18 de fevereiro de 2025**. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. As informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na AGE, bem como a justificativa para a sua realização no formato presencial, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo/SP, 31 de janeiro de 2025. **Rafael Patury Carneiro Leão** – Presidente do Conselho de Administração. (31/01, 03 e 04/02/2025)

99Pay S.A.

CNPJ/MF nº 32.088.314/0001-84 – NIRE 35.300.528.271

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de janeiro de 2025

Data, Horário e Local. No dia 17 de janeiro de 2025, às 11:00 horas, na sede da 99Pay S.A. (“Companhia”) localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2537, 11º andar, Sala 11, 100B, Bela Vista, CEP 01311-300. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa.** Presidente: Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça; Secretária: Andressa Andrade. **Lavratura da Ata.** Os acionistas presentes aprovaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **Ordem do Dia.** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) o aumento do capital social no montante total de R\$ 18.085.499,00 (dezoito milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais), mediante a emissão, subscrição e integralização de ações ordinárias da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a autorização para que a administração da Companhia promova todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nesta assembleia. **Deliberações Tomadas.** Instalada a assembleia, os acionistas aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, as seguintes deliberações: **(i)** O aumento do capital social da Companhia **dos atuais** R\$ 268.094.183,45 (duzentos e sessenta e oito milhões, noventa e quatro mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos) **para** R\$ 286.179.682,45 (duzentos e oitenta e seis milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), com um aumento efetivo, portanto, de R\$ 18.085.499,00 (dezoito milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais), mediante emissão de 18.085.499 (dezoito milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, fixado de acordo com o disposto no inciso I do § 1º, do artigo 170, da Lei das S.A., as quais são, neste ato, totalmente subscritas pelas acionistas da Companhia de maneira proporcional em relação às suas participações atuais no capital social da Companhia conforme disposto abaixo. O capital social da Companhia está devidamente integralizado nos termos do caput do art. 170 da Lei das S.A.; a) A acionista **99Pay LLC**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis de Delaware, com sede na Rua N. Broad, 651, Sala 206, Middletown DE 19709, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.217.723/0001-12, aporta o valor de R\$ 18.081.882,90 (dezoito milhões, oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos) em moeda corrente nacional à Companhia, dos quais: (i) R\$ 18.081.882,00 (dezoito milhões, oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais) são utilizados para a subscrever e integralizar 18.081.882 (dezoito milhões, oitenta e uma mil, oitocentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias e sem valor nominal da Companhia, nos termos do Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo I; e (ii) R\$ 0,90 (noventa centavos) serão destinados à Reserva de Capital da Companhia nos termos do Artigo 182, § 1º, a da Lei das S.A. b) A acionista **Xiaoju Technology Holdings (CAY) CO.**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis de Cayman, com sede em Harneys, Fiduciary (Cayman) Limited, 4º Andar, Harbour Place, Rua South Church, 103, P.O. Box 10240, Grand Cayman KY1-1002, Ilhas Cayman, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.217.724/0001-67, aporta o valor de R\$ R\$ 3.617,10 (três mil seiscentos e dezessete reais e dez centavos) em moeda corrente nacional à Companhia, dos quais: (i) R\$ 3.617,00 (três mil seiscentos e dezessete reais) são utilizados para subscrever e integralizar 3.617 (três mil seiscentas e dezessete) novas ações ordinárias e sem valor nominal da Companhia, nos termos do Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo II; e (ii) R\$ 0,10 (dez centavos) serão destinados à Reserva de Capital da Companhia nos termos do Artigo 182, § 1º, a da Lei das S.A. **(ii)** Em face do aumento de capital aprovado acima, os Acionistas aprovam a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: **“Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 286.179.682,45 (duzentos e oitenta e seis milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), dividido em 286.361.898 (duzentas e oitenta e seis milhões, trezentas e sessenta e uma mil, oitocentas e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.” **(iii)** Autorizar a administração da Companhia para realizar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora. **Encerramento e Lavratura da Ata.** Nada mais havendo a tratar e na ausência de manifestação por qualquer dos presentes, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas.** Presidente: Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça. Secretária: Andressa Andrade. **Acionistas Presentes:** Xiaoju Technology Holdings (CAY) CO. (Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça); e 99 Pay LLC (Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça). Esta ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, SP, 17 de janeiro de 2025. **Mesa: Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça** – Presidente; **Andressa Andrade** – Secretária. **Acionistas Presentes: Xiaoju Technology Holdings (CAY) CO.** p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça; **99 Pay LLC**, p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 28.778/25-0 em 27/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/01/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Teaga Inovação e Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 44.179.518/0001-00 - NIRE 35.300.610.288

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas Realizada em 15 de setembro de 2023

1. Data, Hora e Local: 15 de setembro de 2023, às 10:00 horas, na sede da Teaga Inovação e Tecnologia S.A., na cidade de Taubaté, estado de São Paulo, na Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 1295, Sala 01, Centro, CEP 12.030-810 ("Companhia").

2. Convocação: Dispensada, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.

3. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme lista de presença constante do Anexo I à presente Ata.

4. Mesa: Presidente: **Thomaz Augusto Diniz Pinelli**; Secretário: **Willian da Silva Trindade**.

5. Ordem do Dia: (i) aprovar o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), mediante a conversão de créditos detidos contra a Companhia, com a consequente emissão de novas ações; e (ii) se aprovado o aumento acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

6. Deliberações: Por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas e/ou ressalvas: (i) Os acionistas presentes deliberaram e aprovaram o aumento do capital social da Companhia, **passando** dos atuais R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, **para** R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), com um aumento, portanto, de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e a consequente emissão de 800.000 (oitocentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo iguais às anteriores, emitidas aos preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O preço de emissão das ações foi aprovado pela totalidade dos acionistas, sem ressalvas, considerando sobretudo o interesse social da Companhia e foi fixado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, conforme inciso I do §1º do artigo 170 da Lei das S.A. O valor de aumento será totalmente subscrito e integralizado nesta data pelo acionista Thomaz Augusto Diniz Pinelli, conforme Boletim de Subscrição da Companhia constante do Anexo II desta ata, mediante a conferência de créditos detidos pelo acionista Thomaz Augusto Diniz Pinelli contra a Companhia. Todos os acionistas declaram estar expressamente de acordo com o preço de emissão das novas ações, reconhecendo não haver diluição injustificada da participação de qualquer acionista, cumprindo, portanto, a previsão contida no Art. 170, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Ainda, os demais acionistas renunciaram expressamente ao direito de preferência na subscrição do aumento de capital, declarando, neste sentido, nada a opor e/ou reclamar a qualquer título, pretexto e/ou tempo. Em razão das deliberações tomadas acima, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), dividido em 830.000 (oitocentas e trinta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações ora subscritas participarão de forma integral de eventuais distribuições de dividendos a partir do exercício social em curso. (ii) Em decorrência da deliberação acima, os acionistas presentes deliberaram e aprovaram a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte nova redação, a saber: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), dividido em 830.000 (oitocentas e trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." O Estatuto Social da Companhia consolidado fará parte integrante desta ata no Anexo III.7.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. Taubaté, 15 de setembro de 2023. Thomaz Augusto Diniz Pinelli, Presidente; Willian da Silva Trindade, Secretário. JUCESP nº 386.871/23-1 em 27/09/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de **Teaga Inovação e Tecnologia S.A.** ("Companhia"), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que se regerá por este Estatuto Social ("Estatuto Social"), pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 1295, Sala 01, Centro, CEP 12.030-810. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá abrir, instalar, transferir, fechar ou extinguir filiais, representações, depósitos e escritórios em qualquer parte do país ou do exterior, mediante deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades (*Holding*), como sócia ou acionista, no país ou no exterior. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social.** Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), dividido em 830.000 (oitocentas e trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - A aquisição, por qualquer título, de ações da Companhia, importará na transferência de todos os direitos e obrigações a elas inerentes e na adesão a este Estatuto. **Capítulo III. Da Assembleia Geral.** Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem. **Parágrafo 1º** - A convocação e instalação da Assembleia Geral deverá ser feita na forma da lei, com convocação por escrito a todos os Acionistas, por carta, e-mail ou qualquer outro meio, com pelo menos 8 (oito) dias corridos de antecedência da data designada em primeira convocação, e 5 (cinco) dias corridos de antecedência em segunda convocação. Será considerada regularmente convocada a Assembleia à qual comparecerem todos os Acionistas da Companhia. **Parágrafo 2º** - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma presencial, semipresencial ou virtual. Para realização de Assembleias semipresenciais ou virtuais será permitida a utilização de qualquer meio digital, incluindo, mas não se limitando a, conferência telefônica e videoconferência. Na convocação das Assembleias Gerais deverá constar sua forma de realização e, conforme o caso, o meio eletrônico por meio do qual a Assembleia será realizada, detalhando como os Acionistas poderão participar e votar a distância. Os Acionistas também poderão ser representados por procuradores devidamente constituídos com poderes expressos para votar na Assembleia Geral de Acionistas, contanto que o respectivo instrumento de mandato descreva expressamente o conteúdo do voto do Acionista representado. **Parágrafo 3º** - A Assembleia Geral será presidida por Acionista ou Diretor eleito no ato, que convidará, dentre os Diretores ou Acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Artigo 7º** - As matérias submetidas para aprovação nas Assembleias Gerais serão aprovadas pelo voto favorável dos Acionistas que representem a maioria do capital social votante da Companhia, salvo quórum específico previsto neste Estatuto Social ou na legislação em vigor. **Capítulo IV. Da Administração da Companhia.** Artigo 8º - A administração da Companhia será exercida por uma diretoria ("*Diretoria*") composta de 01 (um) até 05 (cinco) membros (os "*Diretores*"), todos pessoas físicas e residentes no país, sendo um deles designado como Diretor Presidente e os demais designados como Diretores sem designação específica. Os Diretores deverão empregar, no exercício de suas atividades, o devido cuidado, zelo e diligência, comprometendo-se a observar e cumprir todos os termos e condições estabelecidos na legislação aplicável, neste Estatuto Social, bem como em todas e quaisquer deliberações dos Acionistas tomadas em Assembleias Gerais. **Parágrafo 1º** - Os Diretores devem ser eleitos para mandatos de até 03 (três) anos, permitida a reeleição. Mesmo após o término do prazo do mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos membros. **Parágrafo 2º** - Os Diretores poderão ter direito a uma retirada mensal, a título de *pró-labore*, definida em Assembleia Geral. **Parágrafo 3º** - A investidura dos Diretores far-se-á por termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de caução. Caso apenas 01 (um) Diretor seja eleito, o referido Diretor será considerado, para todos os fins, como Diretor Presidente da Companhia, cabendo a ele, exclusivamente, todos os atos dispostos neste Capítulo IV. **Parágrafo 4º** - Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer Diretor durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, deverá ser convocada uma Assembleia Geral, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação escrita de qualquer Acionista ou Diretor, para eleger o respectivo substituto, que completará o prazo de gestão em curso. **Artigo 9º** - Respeitado o disposto no Artigo 11 abaixo, os Diretores terão poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir bens móveis ou imóveis e executar a venda, oeração ou cessão, no todo ou em parte, de bens móveis ou imóveis, desde que respeitados os limites impostos pela Lei e pelo Estatuto Social. **Parágrafo 1º** - O Diretor Presidente, em conjunto ou não com outro(s) Diretor(es) e no limite de seus poderes, poderá constituir mandatários da Companhia, especificados no instrumento de mandato os atos e operações que o mandatário poderá realizar e o período de validade do mandato, que não poderá exceder o prazo de 1 (um) ano, exceto quando para fins judiciais. **Artigo 10º** - A representação da Companhia, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, será válida mediante assinatura: (i) do Diretor Presidente, isoladamente; e/ou (ii) de procurador, desde que constituído nos termos do parágrafo 1º do Artigo 10. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal.** Artigo 11º - O Conselho Fiscal não será permanente e será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral, e funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado a pedido do(s) Acionista(s), na forma do artigo 161, § 2º da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, prazo do mandato, competências, responsabilidades e deveres definidos em lei, e suas deliberações deverão ser lavradas em ata da reunião. A Assembleia Geral que os eleger deverá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **Capítulo VI. Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos.** Artigo 12º - O exercício social compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente, podendo ser levantados balanços a qualquer tempo, com base nos quais poderão ser declarados e pagos dividendos. **Artigo 13º** - O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **Capítulo VII. Da Liquidação Da Companhia.** Artigo 14º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, respeitado o quórum estabelecido neste Estatuto. **Parágrafo Único** - Compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o Conselho Fiscal, se for o caso, e nomear o liquidante que atuará no período da liquidação, fixando-lhes remuneração. **Capítulo VIII. Das Disposições Gerais.** Artigo 15º - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas demais normas da legislação pertinente e pelas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 16º** - Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo/SP, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto."

Teaga Inovação e Tecnologia Ltda.

CNPJ/ME nº 44.179.518/0001-00 - NIRE 35.238.090.786

1ª Alteração do Contrato Social da Teaga Inovação e Tecnologia Ltda.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes abaixo: **Thomaz Augusto Diniz Pinelli**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/ME sob o nº 324.446.988-43, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.146.939-8, residente e domiciliado na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Copaiba, 15, Condomínio Residencial Alphaville II, CEP 12244-039, ("**Thomaz**"); **Único sócio da Teaga Inovação e Tecnologia Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 1295, Sala 01, Centro, CEP 12.030-810, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.179.518/0001-00, com seus atos constitutivos registrados e arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo-JUCESP sob o NIRE 35.238.090.786 ("**Sociedade**"; e, ainda, na qualidade de sócio ingressante, **Maria Cristina Rodrigues Diniz Pinelli**, brasileira, natural de Campos do Jordão, SP, nascida em 29/03/1963, casada com comunhão de bens, empresária, portadora do RG nº11.323.723-6, emito em 21/11/2019. E CPF nº045.310.568-84, residente e domiciliada à Rua Jerônimo Lorena, 202, apto 02, Jardim Eulália, Taubaté-SP ("**Maria Cristina**" e, em conjunto com Thomaz, "**Acionistas**"; **Resolvem**, por meio deste instrumento ("ACS"), alterar o Contrato Social da Sociedade, a fim de transformá-la em sociedade por ações, conforme as seguintes cláusulas e condições: **1. Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima. 1.1.** Decide o único sócio alterar o tipo jurídico da Sociedade, que atualmente é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada denominada **Teaga Inovação e Tecnologia Ltda.**, em uma sociedade por ações de capital fechado, que passará a girar sob a denominação social de "**Teaga Inovação e Tecnologia S.A.**" ("**Companhia**"), e a ser regida pela Lei nº 6.404/1976, conforme aditada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e por seu Estatuto Social. **1.2.** Em decorrência da transformação do tipo jurídico mencionada acima, o capital social da Companhia passa a ser representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade de Thomaz, conforme boletim de subscrição no Anexo I desta ACS. **2. Transferência de ação e ingresso de nova acionista na Companhia: 2.1.** Ato seguinte, decide o Acionista Thomaz, acima qualificado, ceder e transferir, nesta data, a título oneroso, 01 (uma) ação ordinária da Companhia, nominativa e sem valor nominal, com tudo que representa, à Sra. Maria Cristina Rodrigues Diniz Pinelli, acima qualificada, que ora ingressa na Companhia. **2.2.** O registro de titularidade e da transferência da referida ação será formalizado nos livros societários da Companhia. **3. Aumento de capital da Companhia e emissão de novas ações. 3.1.** Ato contínuo, considerando a perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, os Acionistas decidem aprovar o aumento de capital social da Companhia em R\$ 20.000 (vinte mil reais), ficando aprovada, nos termos do artigo 170, § 1º, I, da Lei das Sociedades por Ações, a emissão de 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo igual às já existentes, as quais são emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, e serão totalmente subscritas e integralizadas nesta data por Thomaz, mediante a conferência dos bens de sua titularidade descritos no Anexo III desta ACS, nos termos do Boletim de Subscrição da Companhia, conforme Anexo II desta ACS. **3.2.** Ambos os Acionistas declaram estar expressamente de acordo com o preço de emissão das novas ações, reconhecendo não haver diluição injustificada da participação de qualquer acionista, cumprindo, portanto, a previsão contida no Art. 70, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **3.3.** Em razão das deliberações tomadas acima, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações ora subscritas participarão de forma integral de eventuais distribuições de dividendos a partir do exercício social em curso. **4. Eleição da Diretoria. 4.1.** Ato contínuo, os Acionistas decidem manter o Sr. Thomaz Augusto Diniz Pinelli, acima qualificado, em seu cargo de diretor da Companhia, com um mandato unificado de 3 (três) anos, a contar da presente data. **4.2.** Thomaz declara, nos termos do artigo 147, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, não estar impedido de exercer suas funções, cuja investidura dar-se-á mediante assinatura de termo de posse, conforme Anexo IV da presente ACS. **5. Aprovação do Estatuto Social da Companhia. 5.1.** Em razão da transformação do tipo jurídico acima referida, decidem os Acionistas consolidar o Estatuto Social da Companhia, já refletindo as deliberações aprovadas nesta data, sem quaisquer ressalvas ou alterações, nos termos do Anexo V, que passa a fazer parte integrante desta ACS. São Paulo, 03/02/2023. Acionistas: **Thomaz Augusto Diniz Pinelli** e **Maria Cristina Rodrigues Diniz Pinelli**. Visto do Advogado: Sérgio Eduardo Marcon Filho, OAB/SP: 323.666. JUCESP/NIRE nº 3530061028-8. JUCESP nº 87.691/23-1 em 01/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de **Teaga Inovação e Tecnologia S.A.** ("Companhia"), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que se regerá por este Estatuto Social ("Estatuto Social"), pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 1295, Sala 01, Centro, CEP 12.030-810. **§Único** - A Companhia poderá abrir, instalar, transferir, fechar ou extinguir filiais, representações, depósitos e escritórios em qualquer parte do país ou do exterior, mediante deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades (*Holding*), como sócia ou acionista, no país ou no exterior. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social.** Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§2º** - A aquisição, por qualquer título, de ações da Companhia, importará na transferência de todos os direitos e obrigações a elas inerentes e na adesão a este Estatuto. **Capítulo III. Da Assembleia Geral.** Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem. **§1º** - A convocação e instalação da Assembleia Geral deverá ser feita na forma da lei, com convocação por escrito a todos os Acionistas, por carta, e-mail ou qualquer outro meio, com pelo menos 8 (oito) dias corridos de antecedência da data designada em primeira convocação, e 5 (cinco) dias corridos de antecedência em segunda convocação. Será considerada regularmente convocada a Assembleia à qual comparecerem todos os Acionistas da Companhia. **§2º** - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma presencial, semipresencial ou virtual. Para realização de Assembleias semipresenciais ou virtuais será permitida a utilização de qualquer meio digital, incluindo, mas não se limitando a, conferência telefônica e videoconferência. Na convocação das Assembleias Gerais deverá constar sua forma de realização e, conforme o caso, o meio eletrônico por meio do qual a Assembleia será realizada, detalhando como os Acionistas poderão participar e votar a distância. Os Acionistas também poderão ser representados por procuradores devidamente constituídos com poderes expressos para votar na Assembleia Geral de Acionistas, contanto que o respectivo instrumento de mandato descreva expressamente o conteúdo do voto do Acionista representado. **§3º** - A Assembleia Geral será presidida por Acionista ou Diretor eleito no ato, que convidará, dentre os Diretores ou Acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Artigo 7º** - As matérias submetidas para aprovação nas Assembleias Gerais serão aprovadas pelo voto favorável dos Acionistas que representem a maioria do capital social votante da Companhia, salvo quórum específico previsto neste Estatuto Social ou na legislação em vigor. **Capítulo IV. Da Administração da Companhia.** Artigo 8º - A administração da Companhia será exercida por uma diretoria ("*Diretoria*") composta de 01 (um) até 05 (cinco) membros (os "*Diretores*"), todos pessoas físicas e residentes no país, sendo um deles designado como Diretor Presidente e os demais designados como Diretores sem designação específica. Os Diretores deverão empregar, no exercício de suas atividades, o devido cuidado, zelo e diligência, comprometendo-se a observar e cumprir todos os termos e condições estabelecidos na legislação aplicável, neste Estatuto Social, bem como em todas e quaisquer deliberações dos Acionistas tomadas em Assembleias Gerais. **§1º** - Os Diretores devem ser eleitos para mandatos de até 03 (três) anos, permitida a reeleição. Mesmo após o término do prazo do mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos membros. **§2º** - Os Diretores poderão ter direito a uma retirada mensal, a título de *pró-labore*, definida em Assembleia Geral. **§3º** - A investidura dos Diretores far-se-á por termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de caução. Caso apenas 01 (um) Diretor seja eleito, o referido Diretor será considerado, para todos os fins, como Diretor Presidente da Companhia, cabendo a ele, exclusivamente, todos os atos dispostos neste Capítulo IV. **§4º** - Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer Diretor durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, deverá ser convocada uma Assembleia Geral, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação escrita de qualquer Acionista ou Diretor, para eleger o respectivo substituto, que completará o prazo de gestão em curso. **Artigo 9º** - Respeitado o disposto no Artigo 11 abaixo, os Diretores terão poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir bens móveis ou imóveis e executar a venda, oeração ou cessão, no todo ou em parte, de bens móveis ou imóveis, desde que respeitados os limites impostos pela Lei e pelo Estatuto Social. **§1º** - O Diretor Presidente, em conjunto ou não com outro(s) Diretor(es) e no limite de seus poderes, poderá constituir mandatários da Companhia, especificados no instrumento de mandato os atos e operações que o mandatário poderá realizar e o período de validade do mandato, que não poderá exceder o prazo de 1 (um) ano, exceto quando para fins judiciais. **Artigo 10º** - A representação da Companhia, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, será válida mediante assinatura: (i) do Diretor Presidente, isoladamente; e/ou (ii) de procurador, desde que constituído nos termos do §1º do Artigo 10. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal.** Artigo 11º - O Conselho Fiscal não será permanente e será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral, e funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado a pedido do(s) Acionista(s), na forma do artigo 161, § 2º da Lei das Sociedades por Ações. **§Único** - Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, prazo do mandato, competências, responsabilidades e deveres definidos em lei, e suas deliberações deverão ser lavradas em ata da reunião. A Assembleia Geral que os eleger deverá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **Capítulo VI. Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos.** Artigo 12º - O exercício social compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente, podendo ser levantados balanços a qualquer tempo, com base nos quais poderão ser declarados e pagos dividendos. **Artigo 13º** - O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **Capítulo VII. Da Liquidação da Companhia.** Artigo 14º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, respeitado o quórum estabelecido neste Estatuto. **§Único** - Compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o Conselho Fiscal, se for o caso, e nomear o liquidante que atuará no período da liquidação, fixando-lhes remuneração. **Capítulo VIII. Das Disposições Gerais.** Artigo 15º - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas demais normas da legislação pertinente e pelas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 16º** - Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto."

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/01/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

